

DEFENDER A PT/MEO E OS SEUS TRABALHADORES!

O ano de 2018, na MEO, terminou sob o signo do anúncio de resultados positivos e da propalada humanização. No mesmo ano em que, nas negociações do AE, sem reposição do poder de compra e com novas ameaças, nas várias situações laborais não resolvidas, na gestão para a alienação de funções e componentes da empresa, não se vislumbrou a intenção de reforçar a empresa MEO, e melhorar as condições de trabalho.

A melhoria dos resultados da empresa deve reflectir-se na recuperação das condições de vida dos que nela trabalham e que conseguiram, apesar de todas as condicionantes e de todas as incertezas, contribuir para essa melhoria.

Em 2019, as perspectivas anunciadas para a empresa implicariam que o novo ano trouxesse ganhos efectivos. No entanto, o ano começa com o anúncio de um novo plano de rescisões acompanhadas de palavras bonitas e floreados. Entre a ideia de “saídas voluntárias”, “captação de talentos” e outras que tais, surgem objectivos há muito conhecidos: baixar custos, afastando da empresa os trabalhadores com melhores condições e direitos para depois ir contratar mão-de-obra mais barata e desprotegida (ou até sub-contratada, como muitas vezes se tem verificado).

Este programa confirma que a administração continua interessada em cumprir uma agenda da externalização de serviços e da venda de parcelas da empresa. Internamente apostam na “mobilidade funcional” como forma de pressão sobre os trabalhadores, mesmo quando falam em convocar os trabalhadores a quem retiraram as funções, não deixam de pressionar para as transferências externas, para reforma ou para rescisão.



A melhoria das condições salariais e do Acordo de Empresa, deve continuar a ser o objetivo dos trabalhadores da MEO, mas não podem ser moeda de troca para se piorarem as condições de trabalho.

Não está fechado o processo das “transmissões de actividade” com transmissão de pessoas, não consentidas pelos interessados. Os processos em tribunal prosseguem. Na lei portuguesa estas operações já não são válidas. As alterações pretendidas pela Altice não podem ser feitas à custa das condições de trabalho. Esta não é uma luta encerrada.

O PCP sabe que as aspirações dos trabalhadores à recuperação das condições salariais e de vida, e ao trabalho com dignidade e direitos, é justa.

É da maior importância que os trabalhadores se mantenham informados sobre o que se passa na empresa e conheçam as posições das organizações representativas (sindicatos e comissão de trabalhadores) nos vários processos, e que manifestem junto destas as suas preocupações e o seu apoio, para que, em acções comuns, se consigam resultados positivos nas várias frentes perante a empresa.

O PCP, força organizada e coerente, nascida entre os trabalhadores e para os trabalhadores, estará sempre disponível para ajudar a resolver os problemas dos trabalhadores e apoiar nas suas lutas, na MEO, como nas outras empresas e no país.

Avanços alcançados não mascaram as limitações de um orçamento da política de direita

Aprovado na Assembleia da República (AR) no passado mês de Novembro, o Orçamento do Estado (OE) para 2019 é reflexo da conjuntura política nacional, que teve início com a rejeição pelos portugueses do governo PSD/CDS, e com o repúdio das suas políticas de exploração e supressão dos direitos dos trabalhadores e do povo.

A formação de um governo minoritário do PS e o novo equilíbrio de forças parlamentares alcançado, permitiu o reforço do papel do PCP e da sua intervenção, alicerçada na luta constante dos trabalhadores, enquanto resposta aos problemas e anseios dos trabalhadores e do povo português.

No OE para 2019, o PCP fez aprovar 45 propostas (em 172 apresentadas), que mais não são do que o reflexo da determinação do partido em fazer valer a sua posição na conjuntura actual, com o intuito de repor, defender e consolidar os direitos dos trabalhadores e do povo português, vilipendiados durante anos de políticas de direita.



Não se pode ignorar as limitações presentes neste Orçamento, fruto das opções políticas do governo PS e dos seus compromissos com o grande capital, que obstaram a que se fosse mais além na resposta aos problemas da população, e assim promover o desenvolvimento futuro do país.

Longe de se tratar, na sua globalidade, de um orçamento de esquerda, as 45 propostas aprovadas são o reflexo da intervenção decisiva do PCP na defesa de uma política patriótica e de esquerda, que responda aos interesses dos trabalhadores, de entre as quais se destacam:

- O aumento das pensões de reforma e a sua efectivação integral a partir de Janeiro, concretizando e, em alguns casos, ultrapassando a recuperação do poder de compra perdido pelo seu congelamento;
- O alargamento das condições de acesso à reforma de trabalhadores com longas carreiras contributivas;
- A gratuidade dos Manuais, nos 12 anos de escolaridade obrigatória e que abrange cerca de 1 milhão e duzentas mil crianças e jovens que frequentam a rede pública escolar;
- A extensão do abono de família para crianças entre os 3 e os 6 anos, consolidando e ampliando os importantes avanços já registados nos três últimos OE para as crianças até 3 anos;
- A redução nos custos dos transportes públicos para os utentes, pela valorização, embaratecimento e alargamento dos passes sociais intermodais nas áreas metropolitanas (de Lisboa e Porto) e dos títulos de transporte público nas restantes zonas do País;
- A redução do custo da electricidade e do gás natural;



- A redução do IVA em espectáculos culturais;
- O acesso à reforma antecipada (sem cortes) para trabalhadores das pedreiras e minas, incluindo lavarias, reconhecendo o desgaste provocado pela sua profissão, eliminando a penalização na idade e condições de acesso à reforma;
- O alargamento do Plano Nacional de Vacinação, com a integração de vacinas para a Meningite B, Rotavírus e HPV aos rapazes;
- A Redução do valor das propinas e a manutenção do valor das bolsas de Acção Social no Ensino Superior Público, para que nenhum estudante deixe de receber bolsa, ou a veja reduzida, em consequência da diminuição do valor das propinas;
- A substituição da subcontratação por contratos permanentes no SNS;

O PCP honra, como sempre o fez, o compromisso assumido com os trabalhadores e o povo português, intervindo activa e positivamente para a elevação das suas condições de vida e contribuindo para um futuro de progresso sustentado e justiça social, defendendo intransigentemente os direitos dos trabalhadores e do povo português dos ataques das políticas de direita, impulsionadas pelos interesses dos grandes grupos económicos.

Os avanços alcançados na atual legislatura evidenciam que só o reforço do PCP, tanto a nível eleitoral como da sua organização, articulado e sustentado na luta permanente dos trabalhadores e do povo português, permitirá trilhar o caminho de construção de um país soberano, justo e democrático, por meio da implementação de uma política alternativa patriótica de esquerda, focada na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e do povo.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Boletim da Célula das Telecomunicações do PCP

VITÓRIA DA CORAGEM E LUTA: Trabalhadores a prestarem serviço através da Reditus integrados na Brisa

A vitória dos trabalhadores subcontrados para prestar serviço à Brisa mostra como é justa a luta destes e de muitos milhares de trabalhadores nas mesmas condições.

Luta de muitos anos que levou finalmente à integração de 16 trabalhadores, contratados através da Reditus, nos quadros da Brisa. Vitória fruto da sua luta, da sua coragem e persistência que com o seu sindicato decidiram que iam levar a batalha até ao tribunal fazendo valer a sua razão.

Esta vitória põe fim a muitos anos de baixos salários, de precariedade e desigualdade, pois os salários e todas as condições são muito superiores.

Como o PCP tem vindo a afirmar e denunciar, as empresas utilizam as chamadas ETTs e empresas de prestação de serviços para contratar trabalhadores que cumprem funções permanentes nas empresas, apenas para assim lhes poder baixar os salários e diminuir as condições e direitos. São milhares de trabalhadores nesta situação nas várias empresas de Telecomunicações.

Esta vitória mostra que lutando, é possível vencer, acabar com o intermediários que mais não fazem que sugar o salário e garantir um vínculo de trabalho com a empresa a quem os trabalhadores realmente prestam serviço.

JUNTA-TE A NÓS! LUTA E RESISTE COM O PCP

Se pretendes aderir ou colaborar com o PCP, deixa-nos os teus dados ou contacta-nos:

NOME: _____

EMAIL _____

TELEFONE _____ EMPRESA _____

Dorl@dorl.pcp.pt // Av. Liberdade 170, 1250 - 146 Lisboa

TRABALHADORES DOS CALL CENTERS DAS TELECOMUNICAÇÕES EM LUTA!

A Célula das Telecomunicações de Lisboa do PCP saúda a luta dos trabalhadores dos call centers do sector. Os trabalhadores cumpriram vários dias de greve no Natal e passagem de ano, mostrando que não se deixam intimidar pelas constantes ameaças e tentativas de repressão de que são vítimas diariamente.

Com coragem e determinação os trabalhadores resistem e afirmam que não vão aceitar os baixos salários e a precariedade impostos. A prestar serviço a grandes multinacionais, através de empresas que também elas geram milhões e milhões de lucros, como se justifica que os seus trabalhadores continuem a receber o salário mínimo nacional ou pouco mais que isso!?

Os trabalhadores exigem ser ouvidos e que lhes sejam garantidas condições de trabalho dignas, acabando com os salários de miséria, os horários desregulados, as pausas de poucos minutos e a constante pressão e repressão de que são alvo.

A grande maioria destes trabalhadores cumpre funções permanentes há vários anos, têm de ter um contrato de trabalho efectivo para a empresa para a qual trabalham ("empresas utilizadoras"). Podem contar com o PCP nas suas justas reivindicações e luta.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Boletim da Célula das Telecomunicações do PCP